

Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia

Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia

A intensa e profícua actividade desenvolvida pelos deputados do PCP no Parlamento só foi possível porque eles não estão sós no plano europeu.

A criação e consolidação do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica em que se inserem – e para que bastante contribuíram – abriu-lhes um espaço de intervenção que valorizam e com que contam para o futuro.

O Apelo Comum “Por um novo rumo da construção europeia” com vista às próximas eleições europeias e subscrito por treze formações políticas comunistas, progressistas e de esquerda de doze países – entre as quais o PCP – dá garantias da continuação futura do Grupo, para além de afirmar

uma vontade inequívoca das mesmas em continuar a articular esforços no futuro.

Os deputados do PCP – que não raras vezes se afirmaram no passado como cimento deste Grupo – continuarão a envidar todos os esforços com vista à sua consolidação e ao reforço da sua afirmação como espaço alternativo consequente, orientado para uma construção europeia democrática e alicerçada na participação dos cidadãos, nomeadamente dos trabalhadores, centrada nos aspectos sociais, orientada para o progresso e para a coesão e balizada pelos valores da paz.

Tarefa que se apresentará tanto mais fácil confirmando-se nas próximas eleições europeias a perspectiva de aumento do número de deputados que o integram.

Evolução do GUE/NGL

O GUE/NGL, quarta formação política do Parlamento Europeu, é actualmente constituído por 34 deputados de 8 países da União Europeia: Espanha, Finlândia, França, Grécia, Itália, Portugal, Reino Unido e Suécia. Esta situação denota uma evolução interessante mesmo durante os cinco anos correspondentes à legislatura que agora termina, uma vez que, em 1994, aquando da sua formação, o Grupo contava 31 deputados de 6 nacionalidades diferentes.

As características actuais do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia ganham outro significado se tivermos em consideração a evolução que a sua constituição representou em relação à legislatura anterior (1989-1994). À data da dissolução do PE para a reeleição de 1994 o GUE/NGL não existia e o PCP, fazia parte de um grupo substancialmente mais pequeno.

Assim, a constituição do GUE/NGL, acabou por constituir um marco incontornável na congregação dos esforços e afirmação das diferentes formações políticas comunistas, progressistas e de esquerda representadas no PE.

Este trabalho conjunto passou por uma procura de valorizar e potenciar os objectivos comuns e de entendimento que culminou na elaboração do Apelo Comum tendo em vista as próximas eleições europeias. Ao longo da legislatura esta colaboração foi ganhando expressão e tomando corpo na realização de diversas iniciativas e acções políticas.

O Grupo da Esquerda Unitária Europeia esforçou-se ainda por funcionar como ponto de encontro e proporcionar um espaço de discussão entre organizações e preocupações progressistas dos vários cantos da União Europeia, com a realização de dezenas de reuniões com jovens, com sindicalistas, contra o embargo a Cuba, contra a pena de morte nos EUA e sobre o tráfico de droga e branqueamento de capitais, só para dar alguns exemplos.

Semestralmente, o Grupo realizou “Jornadas de Estudo” nos diferentes países de origem dos seus partidos, reuniões de vários dias, durante as quais se abordaram temas considerados pertinentes, bem como os assuntos mais prementes da chamada agenda europeia. Em relação a este aspecto não se pode deixar de sublinhar como significativo o facto de que tanto a primeira destas reuniões após a formação do Grupo, como a última antes de se partir para as próximas eleições, se realizaram no nosso país, em Lisboa e no Funchal, respectivamente.

Além dos partidos que fazem parte do Grupo, há algumas forças políticas que têm o estatuto de “observador”, isto é, apesar de não terem logrado a eleição de deputados nos seus países, têm elementos destacados junto do Grupo que acompanham o seu trabalho. Na perspectiva de, naturalmente, no caso de eleição de deputados para o PE, estes integrem o GUE/NGL. Estão nesta situação o PDS (Partido do Socialismo Democrático), da Alemanha, e o SF (Partido Socialista Popular), da Dinamarca.

Apelo comum Por um novo rumo da construção europeia

Com vista às eleições europeias de Junho 1999

O clima político está a modificar-se na Europa. O mito do capitalismo triunfante dissipa-se. O nosso século termina com perigos mas sobretudo com o surto de fortes aspirações de mudança das nossas sociedades e do mundo. A promoção sem discriminação dos homens e das mulheres; a democracia e a cidadania; os direitos da pessoa e particularmente o anti-racismo; o respeito dos equilíbrios naturais e o desenvolvimento sustentável; relações internacionais pacíficas, equitativas e solidárias – são valores em ascenso nos nossos países, nomeadamente entre os jovens.

Os efeitos desastrosos da crise financeira mundial sobre os povos dos “países emergentes” revelaram à opinião pública a incapacidade deste sistema neoliberal para dar resposta às necessidades da humanidade. Por outro lado, a lógica que impregna instituições como o Fundo Monetário Internacional ou acordos como o A.M.I. é cada vez mais amplamente contestada. Além disso, é já hoje corrente ouvir condenar a arrogância – económica, política, militar – dos Estados Unidos na cena internacional, assim como o egoísmo dos seus dirigentes face aos grandes desafios planetários. Enfim, o contraste entre a enormidade das despesas de armamento e a redução constante da ajuda ao desenvolvimento suscita objecções salutares.

Este reganhar de espírito crítico e de vontade de mudança manifesta-se igualmente – em particular por parte dos protagonistas do movimento social – face à actual construção europeia, fundada na lógica de Maastricht e da União Económica e Monetária. Manifesta-se no plano social, face a uma orientação neoliberal e monetarista que gerou perto de 20 milhões de desempregados e mais de 50 milhões de pobres. Manifesta-se no plano da democracia, contra o afastamento sistemático dos centros de decisão relativamente aos cidadãos. Manifesta-se no plano da cultura, hoje submetida à lógica do mercado. Manifesta-se no plano da organização da segurança do continente, hoje concebida exclusivamente sob o ângulo militar. Existem assim condições para a afirmação de um empreendimento de transformação profunda da actual construção europeia.

É neste espírito que, para além das diferenças de situações que caracterizam os nossos respectivos países e da diversidade de abordagens existente entre os nossos partidos, formulamos grandes objectivos comuns pelos quais desejamos agir, no seio da União Europeia para a maior parte de nós, ou fora deste quadro para alguns. A reorientação progressista da construção europeia é uma perspectiva que diz respeito a todo o continente.

Juntos, queremos trabalhar por uma Europa social e ecológica, uma Europa democrática, uma Europa solidária e de paz.

Uma Europa social e ecológica deve atribuir uma verdadeira prioridade ao emprego, à formação para todos e para todas, e a um crescimento sã, não produtivista, visando sistematicamente a igualdade entre os homens e as mulheres, e respeitador do modo de vida e dos equilíbrios naturais. O que implica mudanças da política económica e monetária, tais como a renegociação do Pacto de Estabilidade, para chegar a uma política de crescimento e de emprego, em ruptura com os dogmas neoliberais e respeitando a exigência de coesão económica e social; a revisão da missão do Banco Central Europeu; uma tributação comum dos movimentos de capitais (do tipo taxa Tobin); a cooperação entre os serviços públicos e o seu reforço, ao invés da actual tendência para as privatizações; medidas favorecendo a redução sensível do tempo de trabalho, sem redução do salário e com a criação de empregos estáveis; a harmonização das normas sociais por cima; a escolha de um crescimento duradouro baseado na promoção e não na diminuição das despesas públicas, salariais e sociais, assim como uma modificação dos critérios de utilização dos fundos europeus de ajuda às regiões de acordo com estas novas prioridades. Desde logo, a experiência da crise financeira mundial confirma espectacularmente a necessidade de utilizar o dinheiro de outro modo, refreando a especulação financeira e reforçando mais os recursos humanos e o desenvolvimento sustentável.

Uma Europa democrática constitui um objectivo central do nosso projecto europeu. Ela deve nomeadamente traduzir-se numa aproximação sistemática dos centros de decisão das cidadãs e dos cidadãos, incluindo no seu local de trabalho. Isto põe a questão da necessária reconquista da intervenção política e pública na economia – ao nível dos governos e dos parlamentos – face aos poderes exorbitantes do Banco Central Europeu. Mais geralmente, os assalariados e os cidadãos devem ter, segundo nós, um lugar qualitativamente novo no processo de elaboração e aplicação das decisões comunitárias: a conquista de novos direitos quanto à informação, à concertação, à intervenção, à avaliação e ao controlo está, a nosso ver, na ordem do dia. No mesmo espírito, o modo de escrutínio proporcional nas eleições europeias parece-nos ser o mais justo, porque o mais próximo das cidadãs e dos cidadãos.

Uma Europa solidária e de paz deve inscrever-se numa perspectiva de entre-ajuda e não de concorrência, de cooperação e não de “guerra económica”, de desarmamento e não de militarização do continente. Assim, no seio da União, os intercâmbios humanos ganham em ser largamente estimulados neste sentido, e o racismo, a xenofobia, o nacionalismo, como todas as formas de intolerância, firmemente combatidos. Consideramos preocupante, a este respeito, o “espírito de Schengen”. Pronunciamos-nos por uma revisão profunda deste acordo, assim como por um reforço das legislações anti-racistas. Além disso, não é aceitável que as desigualdades de desenvolvimento entre regiões, nomeadamente no Sul da Europa, se aprofundem em vez de diminuírem.

Uma ética de solidariedade e de paz deve igualmente traduzir-se nas relações da União com os seus parceiros externos. Queremos que o alargamento aos países da Europa central e oriental, bem como a Chipre, se concretize, o que pressupõe romper com a abordagem neoliberal, que a este respeito é actualmente a da União Europeia, e respeitar a vontade livremente expressa dos povos respectivos. Para além disso, é a organização de todo o continente que se coloca: consideramos que o fim da guerra fria reclama a superação da OTAN em benefício duma renovação da O.S.C.E., como organização regional das Nações Unidas. De qualquer forma, pronunciamos-nos pelo respeito da tradição de neutralidade e de não-alinhamento de certos países europeus. Além disso, as relações Europa-Sul constituem um dado maior para a evolução das relações internacionais: apelamos vivamente para uma melhoria qualitativa da Convenção de Lomé (África, Caraíbas, Pacífico) e do processo de Barcelona de cooperação euro-mediterrânea. E pronunciamos-nos pela anulação da dívida dos países em desenvolvimento.

Pronunciamos-nos igualmente a favor duma revisão qualitativa da concepção hoje perfilhada nas instân-

cias comunitárias em matéria de relações económicas internacionais (Organização Mundial do Comércio, Acordo Multilateral sobre os Investimentos, Novo Mercado Transatlântico). Enfim, advogamos um empenhamento ofensivo da União e dos seus Estados-membros na aplicação efectiva das orientações aprovadas pela comunidade internacional nas Cimeiras do Rio e de Kyoto (meio-ambiente, desenvolvimento), de Copenhague (desenvolvimento social), de Pequim (promoção da mulher) e em outras conferências da ONU.

Uma tal reorientação progressista da construção europeia parece-nos responder à expectativa da maioria dos nossos concidadãos assim como à esperança de numerosos povos no mundo. Contribuindo para tais mudanças, queremos trabalhar concretamente para a emergência de um mundo de paz.

O presente apelo constitui um novo prolongamento das experiências positivas de trabalho em comum em diferentes instâncias, que têm todas enriquecido a actividade e o prestígio do grupo da “Esquerda Unitária Europeia – Esquerda Verde Nórdica” no Parlamento Europeu. Anima-nos a vontade de prosseguir e alargar ainda mais esta cooperação após as eleições de Junho próximo. A nossa ambição é clara: conjugar os nossos esforços para contribuir para enraizar a Europa à esquerda.

15 de Janeiro de 1999

Partidos signatários do Apelo:

Partido do Socialismo Democrático (Alemanha), Partido Comunista Austríaco, Partido Comunista da Bélgica, AKEL (Chipre) Esquerda Unida (Espanha), Iniciativa por Catalunha, Partido Comunista Francês, Synaspismos (Grécia), Partido da Refundação Comunista (Itália), Partido Socialista (Holanda), Partido Comunista Português, Partido da Esquerda (Suécia), Partido Suiço do Trabalho).

